

# POLÍTICA

politica@j.com.br

## ► BALANÇO DA CÂMARA

Em 2017, foram apreciados projetos como Escola Sem Partido, aumento do IPTU e mudanças na Tribuna Livre

# Nova Legislatura espera ano menos conturbado em 2018

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI  
bmangieri@j.com.br

A nova Legislatura da Câmara de Jundiá teve um ano intenso em 2017. Tanto os vereadores iniciantes quanto os que permaneceram na Casa de Leis ficaram surpresos com as manifestações populares deste ano. “Conversei recentemente com uma funcionária que trabalha na Casa há 20 anos e ela nunca viu um clima como este”, revela o presidente Gustavo Martinelli (PSDB), que está em seu terceiro mandato.

Para ele, o descrédito da classe política, causado pelos escândalos nacionais, acaba respingando no município, mas é importante saber separar. “Aprovamos muitos projetos importantes para a cidade que aumentam a transparência e o diálogo com a população”, diz.

O projeto Parlamento Jovem, de sua autoria, é uma das medidas para despertar interesse na política. “Acredito que é disso que precisamos neste momento. Os jovens poderão apresentar propostas. Algum vereador pode ‘apadrinhar’ o projeto e apresentá-lo no plenário para que vire realidade”.

Os vereadores novos dizem

que ainda estão aprendendo os trâmites internos. “Eu sempre trabalhei executando, então achei que poderia ajudar muito mais”, afirma o vereador Wagner Ligabó (PPS). Ele se diz um pouco frustrado com o trabalho Legislativo. “Existe muito corporativismo”.

### Escola Sem Partido

Diversos projetos polêmicos lotaram o plenário ao longo do ano, tanto com manifestantes a favor quanto contra. Um deles foi o PL 12.347, de Antonio Carlos Albino (PSB). Mesmo com a aprovação do projeto em setembro, o programa Escola Sem Partido continuou repercutindo em quase todas as outras sessões do ano através de manifestações na Tribuna Livre e protestos no plenário.

O autor da proposta afirma que ela não proíbe o debate sobre política, mas quer evitar a doutrinação partidária. “Ensinar como a política funciona é muito saudável. O que não queremos é que alunos tenham notas prejudicadas simplesmente por discordar da posição do professor”.

O vereador afirma que recebeu ligações de diversas cidades do país para replicar o projeto. “Jundiá foi pioneira. Até a



NO PLENÁRIO Projetos polêmicos, outros de pouca importância e manifestações populares marcaram várias sessões em 2017

Base Nacional Curricular Comum retirou o debate sobre gênero do plano escolar”, diz em referência a um dos artigos da lei. Atualmente, existe uma ação que tramita na Justiça para pedir a suspensão da lei por inconstitucionalidade. A medida já foi usada para suspender outro projeto controverso, a

Proposta de Emenda à Lei Orgânica (PLO) nº 73, do vereador Marcelo Gastaldo (PTB), que também proíbe a discussão de gênero nas escolas.

Outros projetos que causaram polêmica foram o do aumento do IPTU e a da mudança do horário da Tribuna Livre do começo das sessões para o

Grande Expediente, no final.

### Diálogo

Os vereadores reclamaram da forma como alguns protestos foram feitos. “Tem que saber reivindicar”, diz Ligabó. Martinelli concorda. “Um grupo minoritário gosta de confusão e usa discurso de ódio”, diz.